

CAMPUS



Nada se cria, tudo se troca

A venda de trabalhos acadêmicos e escolares está sendo substituída pelo intercâmbio dessas tarefas por meio de redes sociais. Ainda que não envolva dinheiro, prática preocupa educadores.

CARTA DO EDITOR

O semestre do **Campus** começou atribulado. Metade dos textos foi feita em conjunto — o que em parte ajudou no deadline e na finalização das matérias. No início da produção desta edição, a reportagem *Ciência fora de foco* estava escalada para se tornar nossa capa, mas fatos com que nos deparamos ao longo do caminho - como informações desconstruídas - fizeram com que ela passasse para a página 6. Assim, o destaque foi para *Intercâmbio complicado*.

Por uma grande coincidência, com exceção da página 8 – que trata da sobrevivência de uma videolocadora em um espaço do jornal tradicionalmente destinado a temas mais leves -, todas as matérias desta edição abordam a educação. São cinco reportagens distintas. Duas delas, que estão nas páginas 3 e 4, se referem diretamente à questão universitária. São problemas que envolvem locais para estudantes morarem e infraestrutura de ensino

para eles. Outras duas se referem aos ensinos médio e fundamental. Uma também sobre uma questão negativa – o desperdício de dinheiro público -, mas outra sobre inovação no ensino. E para fechar o balanço, a matéria que virou manchete aborda a questão da troca de trabalhos de aula, algo que atinge tanto universidades quanto escolas.

A página no Facebook do **Campus** (/jornalcampus) sofreu alterações após retornar à ativa. Criada no primeiro semestre de 2014, ganhou agora uma nova capa e imagem para o perfil com a finalidade de relançar a plataforma que ajuda na divulgação do jornal. A edição anterior do jornal, que teve como tema único problemas relacionados ao beribéri no Maranhão, gerou uma boa reestréia da página, com muitos acessos e curtidas. Além da versão impressa e do acesso pelo Facebook, o jornal também pode ser lido no endereço <https://issuu.com/campusunb>.

OMBUDSMAN

É o termo que significa “provedor de justiça”. Ele discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

A primeira edição de **Campus** de 2017 surge de cara nova. A diagramação e a edição de arte estão de parabéns. É muito interessante, e louvável, os repórteres de **Campus** terem ido ao Maranhão e acompanhar *in loco* o que aconteceu com a região que registrou diversos casos da doença beribéri em 2006 e 2007.

A matéria *A doença não vem do vento* merece elogios pelo fato de as repórteres terem encontrado a mãe da primeira vítima fatal da enfermidade, em 2006. Isso é um verdadeiro exercício de investigação. A reportagem intitulada *Relatos de um equívoco* ganha des-

taque pelo lado humanizado que os seus autores trouxeram a ela. A matéria narra detalhadamente sobre Buritirana, região onde mora a mãe de um jovem que foi vítima de beribéri há 10 anos. No entanto, os repórteres não dizem quantos anos tinha Francisco Lima Silva quando faleceu. Apenas é dito que ele foi a pessoa mais jovem que morreu com a doença em 2007.

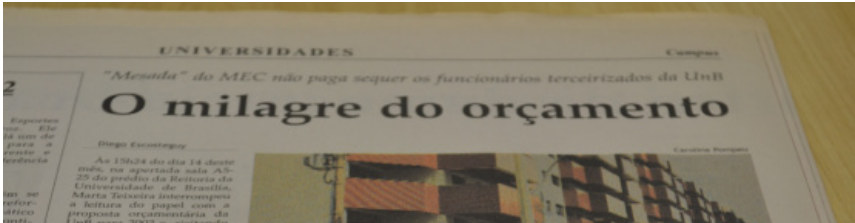
Os números de notificações da doença naquele ano é a última informação do texto. Esse tipo de informação deve ser dada logo no começo da reportagem. Em determinado momento, a mãe

do rapaz diz que, fora o caso de seu filho, ficou sabendo apenas de outra pessoa que contraiu a doença no município que vive. Ela diz que a outra vítima “teve mais sorte” que seu filho. Entretanto, não fica claro se essa pessoa teve uma morte menos sofrida ou sobreviveu. A matéria *Umidade e má armazenagem* é desnecessária e redundante haja vista que as outras reportagem de **Campus** já explicam a causa do beribéri. Ficou enfadonho ouvir, a todo instante, sobre cultivo de arroz. A informação de que a doença é causada pela carência da vitamina B1 se tornou um mantra em todo o jornal, e ficou monótono ouvir isso

em praticamente todas as reportagens. Foram ouvidos diversos especialistas e pessoas que acompanharam a doença de perto, mas por que não foram ouvidos profissionais de saúde dos hospitais da região?

Um outro questionamento também ficou latente. O beribéri foi eradicado? Se não, quantos casos foram registrados em 2016? A doença traz sequelas a quem sobreviveu a ela? O grande conselho que dou à nova equipe de **Campus** é que, nas próximas matérias, os repórteres e editores se atenham mais às consequências de determinado fato. *Por Paulo Vitor*

MEMÓRIA



O milagre do orçamento, de Diego Escosteguy, publicado na edição nº 273 (janeiro/fevereiro de 2003), logo no lide mostra a fala da então diretora de Orçamento da UnB, Marta Teixeira: “Isso aqui que nós fazemos é mágica”.

O texto noticia a quantia de R\$ 1,1 milhão que era repassada do Ministério da Educação (MEC) para a Universidade em 2003, quando somente com funcionários terceirizados a ins-

tituição gastava R\$ 1,6 milhão. A conta não fechava, o problema pedia um jogo de cintura da equipe de orçamento. Atualmente, o dinheiro público vem sendo mal aplicado na educação. É o que mostra a matéria da página 6, *Ciência Fora de Foco*, revelando problemas com armários em escolas públicas do DF, e a da página 4, *Falta prática no campus da FCE*, que cita os cortes feitos para a manutenção e desenvolvimento do ensino na Universidade de Brasília.

EXPEDIENTE

Editor-chefe: Michael Rios
Diretora de Arte: Thallita Essi
Editoras: Ana Julia Paiva e Mayara Paz.
Diagramação: Michael Rios e Thallita Essi
Ilustração: Agatha Gontijo
Repórteres: Ana Julia Paiva, Bruna Rocha, Carol Brito, Julia Rangel, Laura Quariguazy, Leonardo Carneiro, Marcelo Tobias, Mayara Paz, Michael Rios, Milena Marra, Ronayre Nunes e Thallita Essi
Projeto Gráfico: Michael Rios e Thallita Essi
Professor: Solano Nascimento
Jornalista: José Luiz Silva
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3.000

Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília (UnB)

O risco das ‘pensões’

Desocupação de moradia coletiva deixa estudantes da UnB desalojados na Asa Sul

Por **Ronayre Nunes**
Fotos **Ronayre Nunes e Thallita Essi**

Imagine-se em um dia normal. Você acorda cedo, vai para a aula. Almoça rápido para não se atrasar na chegada ao estágio ou trabalho. Então, depois de um dia cheio, só quer chegar em casa e descansar. E se você assim, de uma hora para outra, ficasse sem casa, sem um teto? Foi exatamente isso o que aconteceu com quatro estudantes da UnB que moravam em uma casa na 704 Sul e precisaram buscar nova moradia.

Em 12 de abril, Hiago Tadeu recebeu a notícia de que teria de deixar seu quarto alugado na casa 47 do Bloco Q da 704 Sul. A princípio, o mineiro estudante de Letras Português, que chegou a Brasília em 2016, recebeu a justificativa de que as razões para a desocupação se deviam a uma ação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis). “Foram só oito dias para eu sair. Não dá para arrumar dinheiro, nem outro lugar pra morar”, desabafa. “Fiquei sabendo do lugar como sendo uma república. E de fato a forma de organização é uma república. A maioria é de alunos”. O estudante conta que pagava R\$ 550 de aluguel e que o ambiente funcionava havia cerca de sete anos.

Estudante do 8º semestre de Ciências Ambientais na Universidade de Brasília, Antonio Alves foi outro que precisou sair da moradia na 704 Sul. Para ele, a justificativa para o fechamento de sua residência foi diferente: “Falaram que a contratante estava com medo da regularização e das multas, por isso bateu o pé para fechar”. O aluno conta que morava em Taguatinga, mas tinha problemas para ir à UnB diariamente devido à distância. Por isso, optou por um local mais perto. “Eu pude ver os dois lados da moeda: de quem mora longe e perto (da Universidade). Vi com meus próprios olhos o quanto o rendimento acadêmico muda”, afirma o jovem.

Victor Fonseca, aluno de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília, foi outro envolvido na ação de despejo. Natural de Rondônia, Fonseca ressalta que sabia o quanto o lugar não era uma república, mas sim uma pensão. “Sabia, sim, mas não imaginei que fosse ter um problema comigo porque o lugar já tinha vários anos e nunca havia acontecido nada”, argumenta.



Hiago Tadeu foi um dos estudantes despejados da moradia coletiva



Espaço foi desocupado rapidamente por receio de ação da Agefis

Adler Marques, estudante de Matemática na Universidade de Brasília, também viveu situação idêntica. “Foi muito às pressas, e isso é muito ruim porque a gente tem de procurar e se preocupar com outros lugares para achar, e isso acaba tirando o foco das aulas. Por enquanto, vou ter de morar com meus pais em Valparaíso (GO), vai ser mais complicado”. Marques conta que sabia das irregularidades das moradias coletivas, mas que não esperava que isso fosse se tornar um problema. “Eu já tinha visto algumas reportagens sobre estes lugares na TV, mas nunca pensei que fosse ser um problema tão difícil de resolver.”

Os donos

De acordo com o 1º Ofício de Registros de Imóveis do Distrito Federal, a casa na 704 Sul está registrado em nome de Joaquim Ayres Bierrenbach e Lia Ulhoa Canto Bierrenbach, que morreu em 2013. Segundo o portal Consulta Sócio, Joaquim Bierrenbach possui uma empresa de produtos naturais em Itapira (SP). O **Campus** tentou entrar em contato por telefone com o proprietário através da empresa, mas não obteve respostas. Já segundo o Portal Jus Brasil, Bierrenbach é réu em alguns processos no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em Brasília, o **Campus** localizou André Ferreira, que por quatro anos trabalhou como auxiliar administrativo do alojamento da 704 sul. Ele explica que a razão do fechamento da moradia foi o temor de aplicação de multas por parte da Agefis, já que uma situação semelhante ocorreu em um estabelecimento na quadra ao lado, a 705 Sul.

Ferreira diz que o estabelecimento é administrado por uma imobiliária, mas se recusa a dar o nome da empresa ou outras informações. O ex-auxiliar reclama que perdeu o emprego depois do fechamento da casa e desabafa: “Não acontece nada ilegal lá, as pessoas têm preconceitos, acham que tem prostituição, drogas, mas a maioria dos moradores são estudantes. Pousada não causa prejuízo para ninguém. Fazemos o anúncio e as pessoas vêm morar com a gente. Só isso”.

A Agefis afirma que não existe nenhuma ação em curso relacionada à residência da 704 Sul. Por meio de nota, o órgão lembra que, somente em 2016, 44 residências foram interditadas e multadas e afirma que o

perfil dos moradores – se são estudantes ou não – não importa para a desocupação das casas. “O que a Agefis leva em consideração é a regularidade do local. Por exemplo, o funcionamento de pousadas na região da W3 Sul é proibido, já que de acordo com as Normas de Edificação, Uso e Gabarito (NGB) 4087 a destinação é para uso de habitações unifamiliares germinadas. O perfil dos moradores não é fruto de observação”, aponta a nota.

A própria agência admite que a linha que distingue pousadas e repúblicas é tênue, mas ressalta que as características da moradia podem servir de alerta para estudantes. “Desconfiem de toda pousada/pensionato/república que seja camuflado como casa unifamiliar ou que esteja no meio de uma área doméstica. Esses lugares não possuem destinação para esse tipo de atividade”, diz a nota.

O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) informa não ter conhecimento do problema enfrentado pelos estudantes na 704 Sul. O decanato acrescenta que aqueles que estiverem passando por alguma dificuldade financeira podem buscar auxílio junto à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

Na região das quadras 500 e 700 da avenida W3 Sul, diversos estabelecimentos ainda funcionam como pousadas ou pensões. O **Campus** visitou residências das quadras 700, e, segundo seus responsáveis – que não quiseram se identificar –, a presença da Agefis é constante. Donos de pousadas que atuam nas quadras 500 usam o argumento de que a área não é residencial e, por isso, pode haver funcionamento desses estabelecimentos, ainda que não tenham recebido alvará para isso.

Falta prática no campus da FCE

Em Ceilândia, aulas são comprometidas pela escassez de materiais e de estrutura

Por **Carol Brito**
Fotos **Carol Brito**

Equipamentos para higienização de instrumentos que servem para seis cursos ainda não foram instalados, e por isso parte das atividades práticas não estão sendo dadas. Um equipamento utilizado para avaliar a força muscular na recuperação de lesões não está sendo ligado por problemas na rede elétrica, e por isso não pode ser usado por alunos de Fisioterapia. As aulas de hidroterapia estão sendo dadas de forma teórica, pois a piscina ainda não foi construída.

Por conta desses e de outros problemas, alunos dos cursos da área de saúde da Faculdade de Ceilândia – um dos campi avançados da UnB – estão deixando de receber grande parte do programa de disciplinas práticas. “Perdemos oportunidades nas aulas”, se queixa Guilherme Henrique, estudante de Farmácia. Segundo ele, além da escassez de gases, reagentes, algodão e álcool, há equipamentos comprados que não foram instalados por falta de quem faça isso.

De acordo com alunos, mesmo as aulas práticas da quadra de esportes não podem ser dadas de forma correta. O ambiente não tem cobertura, oferece apenas duas redes de futsal e não tem equipamentos necessários, por exemplo, para exercícios de fisioterapia. “As aulas práticas foram comprometidas”, se queixa Lílian Carvalho, que se formou no ano passado em Fisioterapia.

No curso de Fonoaudiologia, aulas de anatomia e fisiologia foram são prejudicadas por conta da escassez das réplicas de corpo humano, diz o estudante Tiago Teles. “Os modelos são poucos para o número de alunos das turmas”, afirma. Mesmo estudantes que chegaram há pouco à FCE têm enfrentado dificuldades. “Estou no segundo semestre, fui poucas vezes ao laboratório, mas nas vezes em que fui eu mesma tive que comprar luvas porque as que havia não eram suficientes para todo mundo”, relata Karolaine Barros, aluna de Fonoaudiologia.

Demora nas compras

“Algumas aulas realmente estão sendo dadas só na teoria”, reconhece Araken dos Santos Rodrigues, diretor da FCE que trabalha na faculdade desde a inauguração, em agosto de 2008. Ele confirma buracos nas grades dos alunos por falta de material e equipamento.



Laboratório da FCE onde faltam equipamentos básicos

Segundo o diretor, as causas da escassez estão ligadas ao processo burocrático. “O nosso problema atual se chama compras. As lâminas dos laboratórios, por exemplo, são coisas de uso comum, mas as compras atrasam porque há um processo longo e burocrático”, afirma Rodrigues. O diretor acredita que o ideal é a construção de um prédio central de pesquisas no campus, que abrigaria os laboratórios e resolveria o problema de superlotação da faculdade, que recebe cerca de 3 mil alunos por dia.

O nosso problema atual se chama compras.

Por conta dos cortes feitos pelo governo federal, a previsão de recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na UnB foi reduzida em 47% neste ano em relação a 2016. A Diretoria de Gestão de Infraestrutura da UnB, ligada ao Decanato de Administração, informou que realmente há previsão de construção de mais um edifício na FCE. O início da obra está previsto para 2018, e o término, para 2019. Por meio da Secretaria de Comunicação, a prefeitura da UnB informou não ter recebido nenhuma reclamação da FCE em relação a problemas na rede elétrica.



O diretor do campus da FCE, Araken dos Santos Rodrigues

Intercâmbio complicado

Troca de trabalhos acadêmicos substitui a venda e preocupa profissionais da educação

Por **Leonardo Carneiro e Milena Marra**
Foto **Milena Marra**

Uma estudante de 17 anos, que está prestes a concluir o ensino médio em uma escola pública da Asa Sul, confessa não ter feito nenhum dos trabalhos da disciplina de química entregues com seu nome no último ano. Ela e seus colegas se dividem na elaboração das atividades de forma que cada estudante fique responsável por uma matéria e faça várias versões do mesmo trabalho. Depois de as tarefas estarem prontas, os estudantes trocam essas versões entre eles e assinam os trabalhos como se cada um tivesse elaborado o seu. “Eu prefiro fazer trabalhos de disciplinas nas quais eu saiba mais e me identifique mais”, diz a estudante.

São práticas comuns entre alunos fazer acordos informais, pequenos plágios e trocas de trabalhos. As facilidades das novas tecnologias digitais, entretanto, têm agravado esse cenário no ambiente acadêmico. Na internet, sites de trocas de trabalhos e grupos oferecem produções inéditas e prometem sigilo absoluto. A prática, mesmo que sem fins lucrativos, é considerada crime de falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal.

Grupos de redes sociais – como Whatsapp e Facebook – e arquivos online são usados por estudantes para levarem adiante essas práticas sem serem descobertos. A administradora do Rumo ao 10!, no Whatsapp, explica que para entrar no grupo é preciso dominar alguma das disciplinas. “Depois disso, o novo integrante começa a fazer e receber as atividades de outros participantes”, diz. Segundo ela, são trabalhos inéditos, diferentes uns dos outros e com qualidade. Reconhecendo os prejuízos das trocas para o aprendizado, ela afirma se tratar de algo provisório. “Nos finais de ano é quando há mais desespero. Ninguém quer vender, todos querem trocar”, diz.

No ensino superior, não é diferente. Um estudante de 24 anos que está no último semestre de Fonoaudiologia na Universidade Federal de Goiás (UFG) afirma fazer seus trabalhos e de mais seis amigos para a disciplina de Linguística. Antes ele vendia trabalhos escolares para colegas de sala. “Eu cobrava para fazer resenhas, controles de leitura e fichamentos. Isso tomou uma proporção maior do que eu esperava, então decidi parar e só trocar com amigos e quando eu realmente estou atarefado”. O estudante explica que seu objetivo não era trabalhar com isso. Ele começou com favores, e a prática foi crescendo para um nível em que ele não conseguia mais atender a todas as encomendas.

“Passar os trabalhos de Cálculo 1 para os calouros e pegar os de Cálculo 2 dos veteranos é um clássico”, afirma um estudante de Engenharias do campus da Universidade de Brasília no Gama (FGA). “Não é uma atitude criminosa, nós nos ajudamos. Nenhum de nós fez o vestibular para o outro”. Ele diz que, junto com colegas, já montou um esquema de “herança” de trabalhos, com textos de semestres passados sendo reaproveitados.

Edison Castro Rocha, que se

aposentou depois de atuar como professor e diretor de escolas em Ceilândia, atua hoje no ensino superior e vem percebendo cada vez mais, tanto em faculdades, quanto no ensino médio, o uso de grupos de redes sociais que os alunos utilizam para interagirem entre si e facilitarem suas vidas. O professor nota, também, que o uso de celular frequente e de forma descontrolada vem tornando a prática da troca de tarefas cada vez mais comum.

“Os estudantes utilizam a tecnologia para esses fins, na maioria das vezes copiando e colando da internet ou dos colegas, e temos observado e tentado reprimir o uso do celular”, afirma Rocha. Ele diz que a tentativa, por professores, de reprimir a prática é dificultada em parte pela falta de domínio dos novos meios digitais pelos educadores. “Percebo um amadorismo dos professores para lidar com a situação, pois não conseguem agregar essas tecnologias à aula e assim trazer o aluno”, diz o ex-professor. O uso das mídias digitais difundiu o acesso à informação entre os jovens, seus maiores usuários. “Eu acho positivo o amplo acesso à informação pelos estudantes, porém é bom o aluno resolver problemas e buscar as próprias soluções”, avalia Rocha.

A vice-diretora do Centro Educacional Gisno, Jorgete Alessandra Aguiar, diz que em toda sala existe um grupo nas redes sociais e que essa prática de troca, que sempre ocorreu, é muito mais rápida agora. “A falta de interesse dos alunos tem feito eu notar turmas fracas em conhecimentos gerais. Isso se dá pelo imediatismo e a facilidade com que acessam o conhecimento pela internet”, diz. Ela avalia o uso da tecnologia para não fazer tarefas como negativo. “É um prejuízo acadêmico. Quando você deixa de fazer algo, isso não é fixado e o aluno acaba não aprendendo”, diz.

Os jovens utilizam o celular em sua rotina e não deixam de levar o aparelho para a sala de aula. Jorgete Aguiar concorda com Rocha que a repressão não é a melhor solução. “Os professores deveriam inserir o uso da tecnologia móvel na sala, pois seria mais fácil e prático do que deslocar uma turma inteira para o laboratório”. A vice-diretora percebe esse uso como totalmente difundido e inevitável. “Hoje em dia vejo que poucos copiam as anotações do professor, chegamos ao ponto em que um aluno tira foto do quadro e compartilha com a turma pelos grupos online.”



Estudantes utilizam redes sociais para compartilhar trabalhos

Ciência fora de foco

Projeto criado para ajudar na educação vira entulho e morada de ratos em Brasília

Por **Laura Quariguazy e Julia Rangel**
Fotos **Julia Rangel**

Ao se passar pela quadra 408 Sul, repara-se que nos fundos do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 5 há algo que se parece com uma parede laranja. São, na verdade, 12 armários que com o nome de mapotecas e recheados de livros e instrumentos foram comprados para o ensino de Ciências e hoje estão servindo de abrigo para ratos e mosquitos. O vice-diretor da escola, Eduardo Graber, diz que nenhum material foi utilizado e há alguns anos enviou à Secretaria de Educação um pedido de recolhimento do material, o que não ocorreu até agora. “O que a gente sabe informalmente é que foi uma fortuna jogada no lixo”, diz.

O projeto Ciência em Foco começou a ser implantado em 2007, no governo de José Roberto Arruda. A ideia era atender a alunos do ensino fundamental. Pelo contrato firmado entre o GDF e a empresa Sangari, os armários conteriam livros, microscópios, seringas, terra, fluidos e vários outros materiais. Logo no começo da implantação começaram a aparecer suspeitas sobre irregularidades no programa, e os problemas aumentaram com a prisão de Arruda no começo de 2010. Além de informações desencontradas, o que resta do Ciência em Foco são armários empilhados em escolas.

“É como se esse projeto nunca tivesse existido, e os armários estão aí, largados até hoje”, comenta a vice-diretora do CEF da quadra 107 Sul, Marcella Reis. Jogar veneno semanalmente e varrer não foi o

suficiente para solucionar a infestação de ratos nos armários do CEF da 405 Sul. “Os funcionários da escola fizeram uma tela de vedação com o dinheiro do próprio bolso para evitar as constantes infestações de ratos que acometiam os armários”, conta a diretora, Daniela Correa.

Na 104 Norte, o diretor Alessandro Costa afirma que a escola tem hoje 13 armários do Ciência em Foco que também são alvos de infestações diversas. “É um grande problema aqui, nada adianta, sempre dá rato.”

O CEF da 306 Norte conviveu com 24 armários laranja até 2015. Ana Paula Salim, diretora da escola, lembra com tristeza que os armários ficaram na área externa durante meia década, sendo foco de proliferação de mosquitos da dengue e ratos. As mapotecas só foram recolhidas por exigência da Vigilância Sanitária. A diretora conta que os armários não foram colocados dentro das salas de aula, como forma de evitar a infestação, porque ocupavam o espaço de quatro alunos. “Eles eram muito grandes” diz Ana Salim. “Foi um alívio quando foram levados porque lá fora estavam ocupando o lugar que era destinado à construção de um parquinho e de um circuito de motricidade.”

Já a vice-diretora do CEF da 410 Norte, Vladimira Vieira, aguarda esse momento de alívio há anos. “A gente fez um memorando em 2012, mas até hoje o material está aí, nada foi tirado.”



Materiais diversos que eram parte importante do projeto de ensino

Irregularidades

O contrato entre a Secretaria de Estado de Educação e a Sangari foi feito sem licitação. Deveria durar de 2007 a 2011, com um custo de R\$ 289 milhões. Segundo dados apontados em auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), entre 2008 e 2010 foram pagos R\$ 150 milhões à empresa. Em 2014, o TCDF reprovou a prestação de contas referente ao projeto. Segundo o relatório final da auditoria, não há documentos suficientes para comprovar os gastos. Em 2017, a Sangari foi condenada por inidoneidade e ficou impedida de ter contratos com o GDF. A condenação ocorreu pelo envolvimento nos desvios apontados pela Operação Caixa de Pandora, deflagrada em 2009 para investigar casos de corrupção envolvendo o Executivo e o Legislativo do DF.

De acordo com o TCDF, o aproveitamento dos “bens remanescentes” do Ciência em Foco é responsabilidade da Secretaria de Educação do DF. Logo depois do encerramento do programa, em 2011, a secretaria criou um cronograma para recolhimento dos armários. Por conta de problemas com o caminhão que faria o transporte e com espaço para armazenamento

dos móveis, a secretaria decidiu que as escolas deveriam ficar com os armários. Algumas escolas doaram os armários para outras instituições de ensino, que se encarregaram do frete. Em janeiro de 2017, cinco anos após o fim do programa e já no atual governo, a Secretaria de Educação fez um levantamento nas escolas sobre a qualidade de armários.

Sebastião Bezerra, funcionário designado pela Secretaria de Educação para falar sobre o caso, foi um dos responsáveis pelo projeto e afirma que os armários são patrimônio das escolas e que a ordem oficial é que tudo que há neles seja usado. Segundo Bezerra, a secretaria não pretende recolher os armários porque acredita que o material ainda tem muito uso. “Se a escola não quiser utilizar o material, ela precisa fazer um memorando de recolhimento de material morto e esperar. As escolas que fizeram o pedido de recolhimento e não foram atendidas têm que continuar fazendo novos memorandos até o pedido ser acatado.”

Rosilene Corrêa, diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), afirma que deve haver uma ação efetiva da secretaria para recolher o material, pois não se deve esperar que as direções das escolas façam tudo sozinhas. Para a diretora, no entanto, o problema principal nem é a presença dos armários nas escolas, mas sim o que ela representa. “O que incomoda é a proposta pedagógica que ficou perdida, foi deixada para trás. Concordamos que inicialmente o Ciência em Foco era um projeto fantástico, mas foram valores milionários jogados fora”, diz. “É falta de responsabilidade com o dinheiro do contribuinte.”



Armários nos fundos da escola na 408 Sul

Método inovador de ensino

Na EC 115 Norte, crianças de idades distintas dividem salas e escolhem áreas de interesse

Por **Bruna Rocha**
Foto **Bruna Rocha**

Na sala com portas brancas da Escola Classe da 115 Norte, a professora Andréa Mendes pede silêncio aos alunos. “Eu vou dar uma entrevista, então quero que vocês conversem baixo”, diz. No meio da sala, Catarina, 8 anos, levanta a mão e diz que também quer ser entrevistada. Ao ser questionada sobre o que mais gosta na escola, a aluna diz que são as professoras. “Elas nos deixam fazer muitas coisas, mas ainda têm o controle da sala”. Miguel, Lorena e Violeta - que apesar de terem seis, sete e oito anos respectivamente não estão em salas separadas, como costuma ocorrer - se juntam à amiga, ansiosos para responder a próxima pergunta. Catarina completa: “O importante é que a gente possa se divertir aprendendo.”

A professora diz que a atitude das crianças é uma resposta ao objetivo da escola. “Queremos ajudar a formar seres mais autônomos, mais conscientes de que vivemos em sociedade”, afirma a educadora. “Isso sem deixar de lado a importância do conteúdo, porque ter acesso ao conhecimento acumulado pela sociedade é um direito de todos nós. É colocar isso tudo no mesmo caldeirão e ver o que sai. É um desafio”.

A EC 115 Norte é a primeira escola pública do Distrito Federal a adotar um método de ensino baseado na Escola da Ponte, criada pelo educador português José Pacheco. Apelidado de Método Pacheco, ele foi idealizado para fugir do modelo tradicional utilizado pelas escolas há mais de 400 anos. A Escola da Ponte, instituição pública localizada na cidade do Porto, em Portugal, começou a aplicar esse método em 1976. Nela, os anos escolares são divididos em ciclos que têm crianças de idades distintas - e não em séries -, os alunos definem quais são suas áreas de interesse e desenvolvem projetos de pesquisa com o apoio dos professores.

Esse método ficou conhecido mundialmente e serve de modelo para outras escolas interessadas em métodos alternativos de ensino. Depois de mais de 40 anos, os resultados têm mostrado que esse sistema é possível quando há educadores abertos a mudanças e famílias que apoiam o projeto. Além disso, os alunos que apresentam problemas de comporta-

mento e práticas violentas mostram melhora no desenvolvimento escolar quando inseridos nesse método. Por isso, muitos estudantes são transferidos de outras instituições para a EC 115 Norte.

Marta Caldas, diretora da escola, diz que é fácil perceber a indisciplina e o desinteresse de crianças, por isso há muitos projetos sendo desenvolvidos para tornar o conteúdo curricular mais atrativo para os alunos. “A gente está em um desafio para descobrir como fazer esses meninos se interessarem”, afirma.

Cada escola deve adaptar os pilares do Método Pacheco a sua realidade. Através de testes pedagógicos, professores analisam o nível de desenvolvimento escolar de cada aluno e decidem em qual ciclo ele deve ficar. Desse modo, alunos com conhecimentos semelhantes ficam agrupados nas quatro salas - amarela, vermelha, branca e laranja.

A criação de projetos é uma etapa importante do método. “A gente dá importância ao fato de cada um ser um indivíduo com direito a ter interesse maior ou menor em cada área. Então as crianças vão escolher o tema de pesquisa considerando o que mais as interessa naquele momento”. A partir da escolha dos alunos, as professoras incluem no projeto o conteúdo proposto pela Secretaria de Educação para diversas áreas. Assim, ao mesmo tempo o aprendizado é individualizado, são trabalhadas percepções de sociedade e há respeito às diferenças e aos interesses.

Com os alunos mais novos, do primeiro ciclo, a questão da autonomia é tratada de forma diferente. Como eles ainda não possuem muita experiência escolar para escolher os temas que têm preferência, as aulas possuem duas ou três atividades diferentes e cada aluno pode escolher qual delas quer realizar.



Primeira escola pública do DF a se inspirar no Método Pacheco

Assim, as professoras trabalham as responsabilidades que eles precisam ter na escola e a convivência e o respeito com os outros colegas.

A independência dos alunos é um dos pontos principais do método e é estimulada em várias ocasiões. Na hora do recreio, por exemplo, não há sinos ou proibições. A música começa a sair do som instalado no pátio da escola, e as crianças imediatamente sabem que o intervalo chegou. Os alunos mais velhos podem ocupar o gramado do lado de fora da escola, e os pequenos ganham mais espaço para correr na parte de dentro. Ninguém desrespeita as regras, e quando isso acontece os próprios alunos vigiam os colegas. Os direitos são tratados como conquistas, e as crianças sabem que devem obedecer as normas para garantir a liberdade e que fazer o que quiserem pode prejudicar os amigos.

Quando há brigas ou discussões, as professoras incentivam os alunos a tentarem resolver os problemas sozinhos primeiro. A professora Maria das Mercês aconselha seus alunos: “Se o coleguinha fez alguma coisa para você, você vai contar para mim, mas eu não vou entrar no seu conflito. Você vai falar que não gostou desse comportamento e pedir para ele não fazer mais isso com você.” Além disso, a sala da diretora fica aberta para que os alunos possam entrar, conversar e tentar resolver os problemas. A maior dificuldade do projeto

é tirar os professores da zona de conforto e fazê-los aderir a novas formas de ensino. “Tirar o professor desse lugar de mundo e de poder não é fácil porque ele se sente mais confortável mandando todo mundo ficar quieto, em silêncio e obedecendo ordens. Negociar com criança não é fácil, é cansativo”, diz Marta Caldas. A implementação do método, que de forma plena está ocorrendo a partir deste ano, só foi possível porque os educadores que ainda tinham resistência saíram da escola no ano passado. Para Marta, a equipe da 115 hoje é “um grupo de pessoas, professores, orientadores e direção interessados em fazer uma transformação na nossa prática pedagógica”.

O outro lado do apoio deve vir das famílias, que com um trabalho por parte da direção estão aos poucos entendendo os benefícios do método para seus filhos. Camila Paim, mãe da Júlia, de seis anos, percebe a preocupação de muitos pais, mas nota um progresso no aprendizado da filha. “Eu ainda tenho muitas dúvidas em relação ao projeto. Mas eu estou apostando, no sentido bom, de incentivar, apoiar e acreditar.”

Marta diz que para romper com a sala de aula e o método tradicional é preciso construir “com a família” a nova concepção. Para Pacheco, que acompanha os passos da escola, mesmo à distância, pais e professores comprometidos são os pilares que fazem com que o método continue.

Reinventar para sobreviver

Cult Vídeo investe em cursos de produção visual

Por **Marcelo Tobias e Milena Marra**

Ilustração **Bruna Rocha**

Com 22 anos e milhares de títulos, a tradicional Cult Vídeo, na quadra 215 Sul, faz parte de um número reduzido de locadoras. O acervo conta com filmes de arte e raridades e faz o local ainda resistir.

“É algo sagrado. Toda semana venho aqui e levo pelo menos três ou quatro filmes. É uma forma que eu encontro de lembrar meus tempos de criança, do tempo em que eu ia com meus pais e alugávamos VHSs”, diz o servidor público Lucas Xavier, de 24 anos. Ele vai toda semana com o sobrinho, Rafael Xavier, de apenas 6 anos, buscar alguns títulos. “As crianças de hoje em dia estão muito acostumadas a terem tudo em um clique. Quero mostrar para ele o quanto pode ser legal sair de casa, vir até aqui e escolher um filme, mesmo que eles estejam disponíveis online. A intenção é criar memórias, coisas que ele lembre quando for mais velho, assim como eu lembro”, afirma.

Segundo o Sindicato das Empresas de Video-locadoras do DF (SindiVideo), a queda no número de lojas do setor se acentuou entre 2016 e 2017. Para a entidade, no Plano Piloto não há mais que cinco locadoras. Dessa lista, o **Campus** só localizou uma - a Cult Vídeo - em funcionamento.

Fixada na 215 Sul, do Plano Piloto, a Cult é o único estabelecimento que resiste à baixa no mercado de aluguel de DVDs. A locadora já teve outras duas filiais na zona central de Brasília, mas hoje só funciona no final da Asa Sul. O dono da Cult Vídeo, André Costa, acredita que a tendência é que o mercado das mídias físicas acabe, mas o mercado ainda é lucrativo. “Quando não estiver sendo rentável eu fecho. Nós já passamos por muitos perrengues. Só eu sei o quanto já ralei, mas mes-

mo assim a locadora sempre fecha no azul”, conta.

Apesar de alguns clientes se manterem fiéis, o mercado de locadoras é quase inexistente, diz o empresário. “Brasília já chegou a ter duas, três locadoras por quadra”, diz. Para André, ainda existem pessoas que querem assistir a filmes por DVD, por ser uma experiência interessante para a nova geração, aqueles que nasceram na época de serviços de *streaming*. “Meu filho de cinco anos vem aqui diariamente. Escolhe o filme dele e leva. Assim como ele, várias outras crianças costumam vir também”, comenta.

Para continuar funcionando, a locadora teve que se adaptar e oferecer outros serviços, além de alugar filmes. Aos poucos, tornou-se uma pequena escola de cinema. “São maneiras que criamos para sobreviver até hoje, como os cursos que a gente promove.” São ministrados cursos da área de cinema, como direção de atores, produção de documentários, de roteiro e história do cinema”, conta o dono do estabelecimento. Além disso, André percebe uma troca: clientes que viram alunos e vice-versa. Com menos clientes, a loja mantém catálogos de acordo com os gostos pessoais deles. Filmes de diretores europeus, curtas-metragens não exibidos no cinema e raridades não encontradas na internet são muito procurados.

“A questão do tempo e da qualidade do nosso produto também contam muito. Você pode garimpar as estantes e achar uma preciosidade”, diz André. Títulos clássicos como o *Cinema Paradiso* e *Laranja Mecânica*, e diretores como Quentin Tarantino e Luchino Visconti são os principais nomes que estão constantemente sendo alugados e devolvidos. Artistas e gravadoras independentes auxiliam na prática vendendo suas produções informalmente.

